



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**LEI Nº 1.503, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E CRIA A FUNÇÃO DE GUARDA VIDAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY**, Estado do Espírito Santo, por meio do Chefe do Poder Executivo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal Aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar contrato administrativo de prestação de serviço para contratação de 20 (vinte) guarda vidas, mediante cadastro de reserva, objetivando atender as necessidades temporárias decorrentes do período de verão/carnaval.

**Parágrafo único.** As contratações serão feitas por tempo determinado de 60 (sessenta) dias, a partir de janeiro/2021, vedada sua prorrogação.

**Art. 2º.** Ficam criadas 20 (vinte) funções públicas de Guarda Vidas para atendimento das necessidades transitórias decorrentes do período de verão/carnaval.

**§ 1º.** A remuneração do contrato no regime instituído por esta lei será fixada na importância de um salário mínimo vigente, acrescido do adicional de periculosidade de trinta por cento (30%) previsto no art. 75 da Lei Complementar nº 3, de 2 de janeiro de 2009.

**§ 2º.** Os contratados, na forma da presente lei serão segurados do Regime Geral da Previdência Social conforme art. 40, §13, da Constituição da República Federativa do Brasil.

**§ 3º.** O contratado em caráter temporário fará jus ao auxílio alimentação definido por lei.

**§ 4º.** A carga horária para o pessoal contratado nos termos desta lei será por escala 12 (doze) por 36 (trinta e seis), no período das 07 às 19 horas, podendo este horário ser alterado de acordo com a necessidade do serviço.

**§ 5º.** O contratado terá direito a 01 (uma) hora de almoço, devendo esse período ser acordado e revezado entre duplas, para que a orla não fique desguarnecida.



## **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY**

### **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**§ 6º.** A remuneração do profissional contratado em designação temporária será aquela fixada no momento da contratação e não serão consideradas as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos públicos tomados como paradigma.

**Art. 3º.** O pessoal contratado nos termos desta lei possui as seguintes atribuições:

**I** - Realizar tarefas de vigilância e salvamento na orla marítima do Município, observando banhistas para prevenir afogamentos e salvar vidas; orientar, prestar informações gerais a turistas e aos banhistas;

**II** - Participar de reuniões e elaborar relatórios;

**III** - Responsabilizar-se pelo controle e utilização de equipamentos e materiais colocados à sua disposição;

**IV** - Percorrer a área sob sua responsabilidade, atentando para as atitudes dos banhistas, a fim de prevenir acidentes;

**V** - Orientar adequadamente os banhistas sobre os perigos, principalmente os que não sabem nadar;

**VI** - Prestar assistência devida providenciando socorros médicos ou remoção do acidentado, quando necessário;

**VII** - Observar e cooperar, quando necessário nas atividades esportivas que estejam sendo desenvolvidas, principalmente no verão;

**VIII** - Praticar periodicamente exercícios de natação e mergulho;

**IX** - Verificar periodicamente as condições do estado de conservação dos materiais de salvamento;

**X** - Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza de equipamentos e materiais peculiares ao trabalho, bem como dos locais;

**XI** - Preencher corretamente os formulários referentes à avaliação de desempenho;

**XII** - Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior;

**XIII** - Em caso de proibição, total ou parcial, de atividades culturais, esportivas ou relativas a banhos, orientar, prestar informações gerais a turistas e aos banhistas.





## **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Art. 4º.** O recrutamento do pessoal a ser contratado nos termos desta Lei será feito mediante Processo Seletivo Simplificado (PSS), sujeito a publicação na forma da Lei Orgânica Municipal, e divulgado na íntegra no sítio eletrônico do município de Presidente Kennedy/ES.

**§1º.** O prazo de inscrição será de 05 (cinco) dias úteis.

**§2º.** O extrato do Edital poderá ser publicado em imprensa local e/ou regional, e conterá, necessariamente, as seguintes informações: período, local, horário e valor de inscrição, quando houver.

**Art. 5º.** O critério de seleção dos contratados temporariamente será definido no Edital do Processo Seletivo Simplificado, que compreenderá a análise de tempo de serviço na função pretendida e de avaliação de títulos, devendo ser em observados os critérios básicos descritos nesta lei.

**§ 1º.** A classificação final dos candidatos será divulgada por nome do candidato e consistirá na somatória da avaliação de títulos/cursos e tempo de serviço.

**§ 2º.** O desempate na classificação obedecerá a seguinte ordem de prioridade:

I - O candidato que obtiver maior número de pontos em tempo de serviço na função;

II - O candidato que obtiver maior pontuação em escolaridade/títulos;

III - O candidato que obtiver maior pontuação em cursos de capacitação/aperfeiçoamento;

IV - O candidato de maior idade.

**§ 3º.** Para o critério de desempate previsto no inciso I do inciso anterior, será apurado o total de meses trabalhados na função pleiteada, sem limite de meses.

**Art. 6º.** Além dos critérios e documentos exigidos no edital de PSS, o candidato deverá apresentar declaração, sob as penas da lei civil, administrativa e penal, que não está impedido de ser contratado pelo Município e não sofreu nenhuma penalidade disciplinar na esfera federal, estadual ou municipal, nos últimos 05 (cinco) anos.

**Art. 7º.** Aplicam-se ao contratado os mesmos deveres, proibições e responsabilidades vigentes para os servidores públicos integrantes do órgão a que forem subordinados, e as descritas na Lei Complementar nº 3/2009.



## **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY**

### **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Art. 8º.** Para preservar a higidez física e mental do trabalhador e sua produtividade, o contratado com base nesta lei deverá comprovar que não acumula outra função pública e, se acumulável constitucionalmente (art. 37, inciso XVI e XVII da Constituição Federal) deverá comprovar que há compatibilidade de horários.

**Parágrafo único.** Para efeitos desta lei, entende-se como compatibilidade de horários:

- I - ausência sobreposição de horários;
- II - intervalo mínimo de uma (1) hora entre jornadas de trabalho para alimentação, descanso e locomoção;
- III - intervalo mínimo de duas (2) horas entre jornadas de trabalho para alimentação, descanso e locomoção quando o deslocamento for para Município diverso e/ou o deslocamento for superior a 40 quilômetros;
- IV - a soma da carga horária não poderá ultrapassar sessenta e cinco (65) horas semanais.

**Art. 9º.** O contratado nos termos desta lei, não poderá:

- I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo Edital do Processo Seletivo e Contrato Administrativo;
- II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, salvo para a coordenadoria da equipe de salva-vidas;
- III - Ser designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de função diferente da contratada por meio do processo seletivo;
- IV - ser posto à disposição para outro órgão ou entidade;
- V - descumprir a carga horária e/ou jornada de trabalho mensal/semanal/diária.

**Parágrafo único.** A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão do contrato.

**Art. 10.** O contrato firmado extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

- I - pelo término do prazo contratual;
- II - por iniciativa do servidor público, devendo ser comunicado com antecedência mínima de 10 (dez) dias, por escrito, ao Secretário Municipal;





## **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

III - pela Administração, a juízo da autoridade que procedeu à contratação, devendo ser comunicado ao servidor com antecedência mínima de 10 (dez) dias;

IV - com o fim do objeto do convênio ou outro ajuste similar com entes públicos federais e estaduais a extinção será automática, sem ônus para o Município;

V - quando o contratado incorrer em falta disciplinar ou sofrer duas (2) advertências;

VI - quando evidenciado a insuficiência de desempenho profissional por assiduidade e outras formas definidas em regulamento.

§ 1º. Ocorrendo o disposto no inciso I é dever do Servidor responsável pelo órgão de Recursos Humanos, a partir da data do término do contrato excluir obrigatoriamente o nome do servidor contratado da folha de pagamento do Município.

§ 2º. Caso o contratado não cumpra o prazo descrito no inciso II, ficará impedido de concorrer a qualquer outro cargo/função do Processo Seletivo subsequente na mesma Secretaria Municipal.

§ 3º. Nos contratos administrativos temporários firmados em razão de convênio ou outro ajuste similar com entes públicos federais e estaduais a extinção será automática, sem ônus para a Municipalidade, na hipótese de extinção do objeto contratado.

§ 4º. As infrações atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta lei serão apuradas em 10 (dez), podendo ser prorrogado, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

§ 5º. Na avaliação da assiduidade descrita no inciso VI, o contratado que tiver uma (1) falta injustificada terá o seu contrato rescindido após a identificação no Quadro de Movimentação de Pessoal (QMP).

§ 6º. Diante da eficiência e o valor da vida que fundamenta a contratação do guarda-vidas, as advertências deverão ser feitas logo após o fato e por escrito, mediante assinatura do contratado e, caso haja recusa, mediante a assinatura de duas testemunhas.

**Art. 11.** O candidato ou contratado poderá ser eliminado a qualquer tempo e terá seu contrato rescindido caso tenha sido identificada documentação falsa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, obrigando a Secretaria contratante a remessa de cópia do processo ao Ministério Público.




## MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**Art. 12.** As despesas decorrentes desta correrão à conta das dotações orçamentárias próprias e do repasse de convênios e/ou programas firmados com o Estado ou a União, quando for o caso.

**Art. 13.** Esta será regulamentada no que for necessário e entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidente Kennedy/ES, 16 de dezembro de 2020.

**Dorlei Fontão da Cruz**  
**Prefeito Municipal em exercício**

 **PROTOCOLO CÂMARA P.K.**  
**Nº 002626/2020**  
**17/12/2020 - 11:04:07**  
**PREFEITURA MUN. PRES. KENNEDY-ES**  
**Lei Nº 1.503, de 16 de Dezembro de 2020**

<b>CERTIDÃO</b>	
Lei nº 1.503-2020	
Publicado na forma do Art. 68 da Lei Orgânica Municipal, com redação dada pela Emenda nº 007, de 20/02/2009.	
Em:	17/12/2020
Servidor:	Aipante

Certidão  
Certifico que Lei  
Nº 1.503/2020  
Foi publicado na forma do art. 68 da lei orgânica municipal com redação dada pela emenda nº 007, de 20/02/2009.  
Data: 17/12/20  
Assinado: Marcelo